

HABEAS CORPUS Nº 502.398 - RJ (2019/0094890-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ADRIANA PIMENTEL FIGLIUOLO HORTA
FERNANDES - RJ075181**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PACIENTE : P L DOS R (INTERNADO)

DECISÃO

P. L. DOS R. estaria sofrendo constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que deu provimento ao Agravo em Execução n. 0047814-76.2018.8.19.0000, interposto pelo Ministério Público, a fim de manter o paciente em medida de internação.

Nas razões deste *writ*, a defesa alega que no caso "foram elaborados relatórios pedagógico e social que atestam a capacidade do ora Paciente de retornar ao convívio social e comunitário, de forma a atender aos objetivos do sistema socioeducativo" (fl. 11). Afirma, ainda, que "inexiste no ordenamento jurídico a imposição de que o cumprimento das medidas seja gradual. Vale dizer: **não é necessário que o adolescente internado tenha que, necessariamente, passar pela semiliberdade para, só então, ser posto em medida não restritiva de liberdade**" (fl. 13, grifei);

Requer, liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*.

Decido.

Em que pese a participação do adolescente na prática de ato infracional grave (roubo), não há como perder de vista que, após mais de um ano internado, obteve parecer técnico favorável, que ensejou o deferimento a mudança do adolescente para a liberdade assistida, nos seguintes termos:

Dou por homologado o plano individual de atendimento (PIA), posto que as metas interdisciplinares estabelecidas

consideraram a situação específica do jovem, declarando, desde já, que o alcance das mesmas não é condição para a substituição da medida, posto que podem ser atingidas na execução de outras.

Inicialmente, destaco que não há previsão expressa em lei de quais sejam os requisitos que o jovem deve preencher para ter a sua medida socioeducativa de internação substituída por outra.

[...]

Isto porque os relatórios evidenciam que os vínculos de afeto com a família foram retomados e o adolescente, que antes morava sozinho, planejou retomar a moradia com sua mãe. Outrossim, ele retomou a escolaridade e foi inserido no projeto do jovem aprendiz, o que demonstra a mudança de postura diante da vida.

[...]

No caso presente, considero que a nova medida deve ser a liberdade assistida.

Essa foi a primeira vez que o jovem cumpriu a medida socioeducativa de internação. Não a executou, anteriormente, para que se considere que representa perigo para si e para a sociedade. Não há nos autos nenhum motivo a justificar que ele ainda precise de uma medida em meio fechado.

Deve ser observado que não há obrigatoriedade, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ou pela Lei 12.594/12 (Lei do Sinase), que a medida socioeducativa de internação seja, forçosamente, substituída pela medida socioeducativa de semiliberdade, como de forma costumeira é efetuada nessa Comarca, e como ocorre para os adultos.

Mesmo nas hipóteses em que o relatório sugere a substituição da medida de internação por semiliberdade, devendo ser lembrado que o relatório técnico não vincula o magistrado.

Destaco que substituir a medida socioeducativa de internação pela de semiliberdade, importa em substituir uma medida em meio fechado por outra que também é em meio fechado.

Ora, se o jovem acabou de cumprir uma medida socioeducativa em meio fechado, mais gravosa, só deve ter a mesma substituída por outra, em meio fechado, ainda, mas menos gravosa, como a semiliberdade, se os autos trouxerem elementos que apontem para essa

necessidade.

Não é o caso presente.

Não há demonstração nos autos de fundamentos que justifiquem que a medida socioeducativa de internação precise ser substituta por outra, agora, que também precise ser em meio fechado.

Ao contrário: nada existe nos autos para justificar tal substituição.

Considerar que a medida socioeducativa de internação deve ser substituída pela de semiliberdade, apenas com base na natureza grave do ato infracional praticado, é presumir que o jovem seja perigoso para a sociedade e contrariar o teor dos relatórios acostados.

ISTO POSTO, REAVALIO A MEDIDA DE INTERNAÇÃO PARA SUBSTITUIR A MESMA POR LIBERDADE ASSISTIDA (fls. 87-88, grifei).

Ficou, portanto, consignado que os relatórios "**evidenciam que os vínculos de afeto com a família foram retomados e o adolescente, que antes morava sozinho, planejou retomar a moradia com sua mãe. Outrossim, ele retomou a escolaridade e foi inserido no projeto do jovem aprendiz, o que demonstra a mudança de postura diante da vida**".

Logo, o insurgente possui estrutura familiar capaz de prosseguir com plena contribuição em seu desenvolvimento psíquico-social, sobrelevando-se o fato de estar engajada nos estudos, o que, a meu juízo, satisfaz, sob o prisma do *fumus boni iuris*, o pedido ora requerido.

Sob diversa angulação, verifico ainda que o julgado que deu provimento ao recurso ministerial, para negar a liberdade assistida foi genérica e se restringiu ao pouco tempo de internação e à gravidade do ato praticado, nestes termos:

É certo que o Relatório Técnico, emitido por profissionais do Departamento de Ações Socioeducativas, acostado às fls. 24/34, no qual está fundamentada a decisão recorrida, não defende explicitamente a progressão da medida sócio educativa.

As medidas socioeducativas, não obstante o aspecto de pena que contêm, destinam-se, muito mais, a propiciar ao menor infrator melhores condições de proteção, de readaptação ao convívio social e familiar, de educação, de

trabalho, de responsabilidade, visto que impõem ao mesmo a participação em obrigatórias atividades pedagógicas, escolares e profissionalizantes.

Destaca-se que o período que o menor permaneceu na medida de internação, menor que um ano, se mostra exíguo para permitir a progressão *per saltum*, da internação para a liberdade assistida.

Em vista disso, entendo que a medida socioeducativa de internação se revela mais adequada ao caso dos presentes autos, não só pela gravidade do ato infracional praticado pelo recorrido, como também pela necessidade de correta proteção e ressocialização do mesmo (fls. 43-44, destaquei).

Ilustrativamente:

HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INTERNAÇÃO. ELEMENTOS FAVORÁVEIS À PROGRESSÃO PARA MEDIDA MAIS BRANDA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Em razão do princípio do livre convencimento motivado, o Magistrado não está adstrito aos laudos elaborados pelas equipes de avaliação psicossocial, notadamente os que sugerem a extinção da medida ou a progressão do adolescente para medida socioeducativa mais branda, haja vista que os aludidos relatórios consubstanciam apenas um dos elementos de convicção, sem caráter vinculante.

2. O laudo de avaliação psicossocial, ao sugerir a extinção da medida socioeducativa, apontou, com riqueza de detalhes, que a adolescente, embora haja sido conivente com a prática do ato infracional, tem obtido respostas positivas durante a internação, sendo "respeitosa com todos os funcionários e membros da equipe" e não possuindo "histórico de indisciplina, nem de participação em situações de desordem ou violência".

3. Uma vez que o parecer técnico foi favorável à progressão da adolescente para medida mais branda e que a decisão que indeferiu o pedido de liberdade assistida ou de extinção da medida de internação foi genérica, não há como manter a paciente submetida à medida mais gravosa.

4. Habeas corpus concedido, para, confirmada a liminar, determinar que a paciente seja colocada em medida

socioeducativa de liberdade assistida.

(HC n. 325.441/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T.,
DJe 2/12/2015)

À vista do exposto, **defiro e liminar para que o paciente seja colocado em liberdade assistida**, até o julgamento de mérito deste *writ*.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora e, depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

